



**URBANISMO FEMINISTA:
da reclusão no lar ao direito à cidade**
FEMINIST URBANISM:
from seclusion at home to the right to the city

Elisa de Oliveira Fuck

*Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Brasil
elisafck@gmail.com*

Letícia Peret Antunes Hardt

*Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Brasil
l.hardt@pucpr.br*

Carlos Hardt

*Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Brasil
c.hardt@pucpr.br*

RESUMO

A partir do entendimento das cidades como espaços construídos e modificados por arranjos sociais e normas políticas, sugere-se outra perspectiva em sua análise historiográfica, baseada na problemática central do tradicional afastamento das mulheres das decisões urbanísticas. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa consiste em examinar a sua invisibilidade no planejamento urbano ao longo do tempo. Derivados de procedimentos metodológicos de revisão de fontes secundárias, os resultados encontrados são estruturados em quatro partes principais, segundo idades históricas: Antiga – entre matriarcados e patrissistemas; Média – entre confinamentos e reclusões; Moderna – entre isonomias e desigualdades; e Contemporânea – entre deveres e direitos. Nesses cenários, atestam a hipótese orientadora de privação da participação feminina no processo, com as respostas à pergunta investigativa apontando para modos de superação dessa omissão retrospectiva, apoiados em princípios do urbanismo feminista na busca pelo direito à cidade pelos diversos gêneros.

Palavras-chave: invisibilidade feminina; planejamento urbano; períodos históricos; perspectiva de gênero.

Linha de investigação: Dinâmicas Urbanas. **Tópico:** Gênero.

ABSTRACT

From the understanding of cities as spaces constructed and modified by social arrangements and political norms, another perspective is suggested in its historiographical analysis, based on the central problem of the traditional distance of women from urbanistic decisions. In this context, the general objective of the research is to examine their invisibility in urban planning over time. Derived from methodological procedures of review of secondary sources, the results are structured in four main parts, according to historical ages: Ancient –

between matriarchies and patri-systemas; Medium – between confinement and seclusion; Modern – between isonomies and inequalities; and Contemporary – between duties and rights. In these scenarios, they attest to the guiding hypothesis of deprivation of female participation in the process, with the answers to the investigative question pointing to ways of overcoming this retrospective omission, supported by principles of feminist urbanism in the search for the right to the city for different genders.

Key words: feminine invisibility; urban planning; historical periods; gender perspective.

Thematic cluster: Urban Dynamics. **Topic:** Genre.

1. Considerações iniciais: entre destaques e invisibilidades

Partindo do pressuposto das cidades como espaços construídos e modificados por arranjos sociais e normas políticas, este trabalho sugere uma perspectiva analítica fundamentada na **problemática central** do tradicional afastamento das mulheres das decisões urbanísticas, em parte como consequência do seu reduzido protagonismo na própria história da humanidade (Freitas & Gonçalves, 2021).

Com o **objetivo geral** de examinar a sua invisibilidade no planejamento urbano ao longo do tempo e sob a **hipótese orientadora** de privação da participação feminina nesse processo, o estudo busca respostas à **pergunta investigativa** sobre quais são os modos de superação dessa relativa omissão histórica. Baseado em **procedimentos metodológicos** de revisão de fontes secundárias, o artigo expõe os **resultados encontrados** em quatro partes principais.

A primeira é relacionada à Idade Antiga (~3000a.C.-476 d.C.). Com progressivo ordenamento de áreas urbanizadas (Benevolo, 2019[1982]), este período, registrado desde o surgimento da escrita até a Queda de Roma, foi marcado tanto por matriarcados, com valorização do gênero em questão, quanto por patriarcados, com desprestígio do mesmo (Nascimento, 2008).

A segunda é subordinada à Idade Média (476-1453). Em meio à anarquia urbanística nesse longo interstício até a Queda de Constantinopla (Mumford, 2008[1961]), a hegemonia masculina foi determinante, não obstante o destaque de algumas governantes medievais (Earenfight, 2015).

Por sua vez, a terceira parte é associada à Idade Moderna (1453-1789). A recuperação do ambiente urbano até a Queda da Bastilha (Choay, 2010[1965]), marco da Revolução Francesa, não diminuiu a relevante diferença entre sexos, pela pouca importância dispensada àquele considerado “frágil” (Silva & Medeiros, 2013).

A última seção é concernente à Idade Contemporânea (1789-...) e é subdividida em dois momentos, iniciando com a Era da Máquina. Com a rápida e descontrolada urbanização decorrente da industrialização, esta época foi preliminarmente assinalada por importantes paradoxos, pois a racionalidade fundamental dos ideais iluministas modernos estabeleceu um modelo universal a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 (Santos, 2019), que, por um lado, legitimava parâmetros de liberdade, igualdade e fraternidade, mas, por outro, formulava regras de cidadania que limitavam as funções das mulheres (Segato, 2012).

Com a evolução tecnológica e novas tendências de ordenamento das urbes apoiadas no desenvolvimento sustentável, a atual Era da Informação presenciou, em seus primórdios, o surgimento dos movimentos feministas (Ben, 2023). Nesse corolário, a perspectiva de gênero aponta para a possibilidade de mitigação das desigualdades diagnosticadas (Peccini, 2019).

Em síntese, a **discussão analítica** desses extratos históricos, adiante apresentada, evidencia a escassez de relatos e a tendência à parcialidade historiográfica (McCullagh, 2000), essencialmente pela ênfase à supremacia masculina em variadas esferas sociais (Sebalhos et al., 2019). Esse fato confirma, em grande parte, o que Lunz (2018) apregea como “invisibilidade feminina”.

2. Idade Antiga: entre matriarcados e patrissistemas

A análise do início da civilização é essencial para ampliar o entendimento acerca do desenvolvimento e evolução das urbes e seus arranjos sociais. As comunidades originais, oscilaram entre polos de movimento e assentamento, organizando-se em aldeias e tribos que se complexificaram à medida em que surgiram novas funções de trabalho (Nascimento, 2008). Sobretudo na Pré-História, quando as chamadas “protocidades” (Rice, 2004[1997]) refletiam um traçado concêntrico (Fig. 1), propício à interação comunitária, as funções femininas eram valorizadas no cenário da formação da sociedade humana.



Fig. 1: Representação esquemática de principais características da cidade na Pré-História (até 3000 a.C.*). Fonte: Adaptada de Hardt e Hardt (2015).

Nota: * = ano de referência (com variações entre diversas fontes), relacionado ao desenvolvimento do sistema cuneiforme pelos sumérios, o que permitiu o início do registro formal de fatos históricos (Valle & Pancetti, 2009)

Legenda de características urbanas no período conforme numeração indicada no esquema específico: 1 = intenção relativa de organização espacial (traçado concêntrico) | 2 = destaque de espaço livre central comunitário | 3 = dependência ambiental (água e outros recursos naturais) | 4 = proximidade da agricultura | 5 = necessidade de proteção (paliçada ou palafita)

Nesse arranjo em espaços limitados e definidos, estabeleceram-se as primeiras cidades propriamente ditas (Mumford, 2008[1961]). Surgiu, também, o contraste entre dois grupos, os dominantes e os subalternos (Benevolo, 2019[1982]). Em termos gerais, o traçado urbano, normalmente planejado por homens, seguia os padrões racionais peculiares de retículas geométricas (Fig. 2). A diferenciação de níveis (partes alta e baixa) denota o advento de formas de segregação espacial urbana.

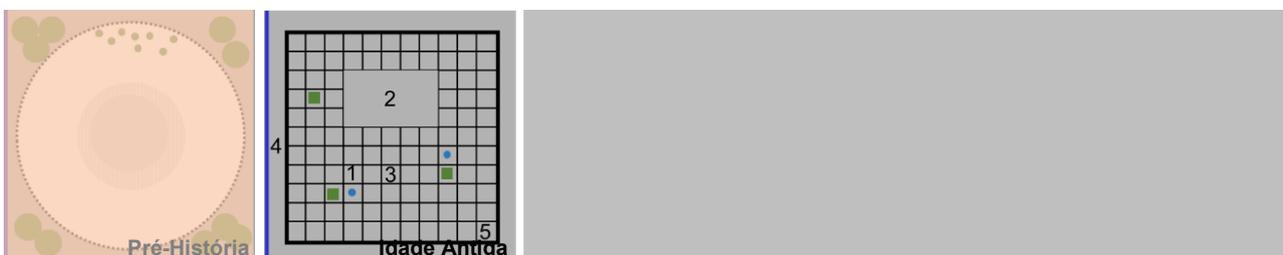


Fig. 2: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Antiga (3000 a.C. – 476 d.C.*). Fonte: Adaptada de Hardt e Hardt (2015).

Nota: * = ano de referência (com variações entre diversas fontes), relacionado à queda do último imperador romano (Flávio Rômulo Augusto) com a conquista de Roma pelo visigodo Alarico I (Gibbon, 2021[2010])

Legenda de características urbanas no período conforme numeração indicada no esquema específico: 1 = geometrização do espaço (traçado reticulado) | 2 = diferenciação de níveis (cidades alta e baixa) | 3 = destaque de espaço livre comunitário (ágora) | 4 = desenvolvimento de técnicas urbanísticas | 5 = necessidade de proteção (muro)

Apesar de serem perpetuadas na história ocidental como funções de gênero, a divisão das tarefas em algumas civilizações antigas acontecia de outra maneira. O matriarcado, característica cultural de diversos povos africanos, estabelecia a partilha igualitária de responsabilidades e privilégios, garantindo tanto seu equilíbrio saudável na estrutura da sociedade quanto sua contribuição produtiva ao desenvolvimento da comunidade (Nascimento, 2008).

No Egito Antigo, as práticas político-sociais eram fundamentadas em lendas religiosas. Nestas, tanto mulheres quanto homens possuíam o mesmo prestígio na condução e administração do Estado, bem como na esfera religiosa e espiritual (Nascimento, 2008).

Em outras circunstâncias, a dinâmica da cidade-estado grega e sua vida urbana estavam condicionadas ao direito e prática da cidadania. O palco das reflexões, decisões e ações de interesse público acontecia em grandes assembleias na ágora (Gorczewski & Martin, 2018) e o espaço da *polis* era demarcado pela práxis política aplicada apenas aos homens, os únicos considerados cidadãos e livres (Martin, 2005).

No Império Romano também havia a exclusão das mulheres no ambiente político e sua subordinação ao cônjuge no âmbito da propriedade privada, reforçadas pelo conceito de *pater familiae*¹ (Andrade, 2015). O caráter excludente da noção de cidadania e a condição feminina segundo os valores greco-romanos perpetuou durante muitos séculos, reforçando a reprodução do pensamento da dominação patriarcal (Martin, 2005).

¹ O *pater familiae* era, na Roma Antiga, a pessoa ou indivíduo que detinha o poder legal de dominação sobre cada um dos membros da família (Andrade, 2015).

Em síntese, duas hipóteses são levantadas pelos estudos histórico-antropológicos de Cheikh Anta Diop² (1923-1986). Nascimento (2008) comenta que a primeira suposição daquele estudioso diz respeito à noção de universalidade do progresso rumo ao patriarcado, com as estruturas sociais matrilineares de civilizações avançadas da África Ocidental e do Egito sendo consideradas exemplos de “estágios avançados de barbaridade” perante o sistema patriarcal observado nas tribos nômades germânicas e associado a uma “civilização superior” e, portanto, ligado ao progresso.

Em face dessas diferenças nas estruturas sociais, Nascimento (2008) também apresenta a hipótese diopiana dos dois berços do desenvolvimento humano, um do Norte e outro do Sul, no qual o nomadismo dos povos setentrionais implicava na subvalorização da mulher, pois, por sua maior tendência à fragilidade física e pelas responsabilidades maternas, representava um empecilho à mobilidade tribal, enquanto que nas tribos meridionais significava o valor máximo da vida, com papel central devido ao domínio de técnicas agrícolas.

Frente a essas conjecturas, Nascimento (2008:80) reproduz a indagação de Diop sobre “qual seria a civilização mais avançada: a que nega à metade da população sua plena condição humana ou a que reconhece e estimula em todos os integrantes a capacidade de realização e participação na vida coletiva”. A polaridade entre matriarcados e patrissistemas é claramente fragilizada no final do período pela supremacia masculina. Essa primazia dos homens passa a exercer fortes influências em momentos posteriores.

3. Idade Média: entre confinamentos e reclusões

Avançando na discussão histórica, a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, marca o início da Era Medieval, período em que a estrutura e desenho das cidades era definido pelo proprietário das terras, modificadas à medida em que surgiam outras necessidades em uma série de adaptações que geravam intrincadas relações urbanísticas (Benevolo, 2019[1982]; Mumford, 2008[1961]). Em cidades com traçados irregulares e imobilizados entre muralhas, especialmente construídas para proteção dos ataques bárbaros (Fig. 3), o convívio social no espaço público era conferido aos homens, enquanto às mulheres restava o confinamento e restrições de suas funções no âmbito privado e reprodutivo, conformando as relações de poder e dominação da época (Andrade, 2015).

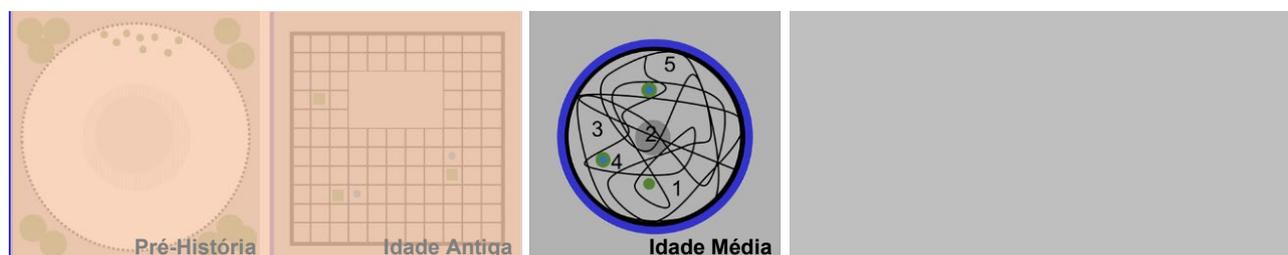


Fig. 3: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Média (476 – 1453*). Fonte: Adaptada de Hardt e Hardt (2015).

Nota: * = ano de referência da Queda do Império Romano do Oriente a partir da conquista de Constantinopla (Franco Júnior, 2001).

Legenda de características urbanas no período conforme numeração indicada no esquema específico: 1 = desorganização espacial (traçado labiríntico) | 2 = destaque de espaço livre comercial (mercado) | 3 = degradação ambiental | 4 = confinamento da vegetação e da irrigação em claustros | 5 = necessidade de proteção (muralha e fosso)

Por sua vez, a condição feminina na corte medieval era tipificada pelo seu papel ordenado à maternidade e ao matrimônio. Por exemplo, a legitimação do poder de uma rainha era determinado por sua habilidade em prover herdeiros ou pelo seu cônjuge (Shadis, 2009). Dessa maneira, as privações às quais estavam submetidas no contexto de hegemonia patriarcal também se fazem evidentes em diferentes classes socioeconômicas.

Uma abordagem sobre a representação da mulher neste período permite a compreensão de suas relações sociais e culturais, tornando possível construir uma concepção mais próxima sobre as práticas de poder da época (Silva & Medeiros, 2013), processados em um ambiente urbano confinado, propenso a reclusões, e conturbado, inclusive em termos ambientais, sobretudo em função das precárias condições sanitárias então vigentes. Possibilita, assim, a análise dos processos históricos que levaram às restrições femininas de autoridade e de decisão no âmbito político e, conseqüentemente, de planejamento urbano em tempos subsequentes.

² Historiador e antropólogo senegalês, o polímata Cheikh Anta Diop se dedicou aos estudos em diversas áreas, incluindo a origem da raça humana e a cultura africana pré-colonial. Devido à sua vasta e diversificada produção científica e acadêmica, o presente artigo é restrito aos trabalhos interpretados e citados por Nascimento (2008).

4. Idade Moderna: entre isonomias e desigualdades

Após a Queda de Constantinopla, em 1453, pelo enfraquecimento do Império Romano do Oriente, houve intenso desenvolvimento econômico das comunas medievais durante as primeiras décadas do século XV, com novas conformações urbanísticas resultantes de mudanças no pensamento do desenho das cidades e alterações estéticas nas edificações (Benevolo, 2019[1982]). Como resultado, o traçado urbano do período é renovado por vias estruturantes radiais (Fig. 4), que geram aberturas na malha medieval e destacam marcos de poder.



Fig. 4: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Moderna (1453 – 1789*). Fonte: Adaptada de Hardt e Hardt (2015).

Nota: * = ano de referência da Queda da Bastilha, relacionada à marca essencial da Revolução Francesa (Campbell, 2006).

Legenda de características urbanas no período conforme numeração indicada no esquema específico: 1 = organização espacial (traçado radial) | 2 = destaque de espaço central para signos do poder | 3 = recuperação ambiental | 4 = valorização da presença de recursos naturais | 5 = desaparecimento gradativo de artefatos de proteção (muralha)

A valorização dos espaços abertos e de recursos da natureza promoveram tanto a recuperação ambiental quanto a valorização da vivência urbana. Todavia, os sistemas absolutistas monárquicos geraram descontentamentos generalizados durante a estruturação do movimento intelectual e filosófico do Iluminismo, baseado em ideais voltados à emancipação, equidade, tolerância e irmandade (Hazard, 2013[1935]). Esses princípios, em parte representados em desenhos urbanísticos, não foram adequadamente reproduzidos na seara feminina.

Santos (2019) cita que, há algum tempo, vinha sendo formulado o documento culminante da Revolução Francesa – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, datado do final desta era (1789). Seu teor legitima os parâmetros de liberdade, igualdade e fraternidade, com base na regra da cidadania à imagem e semelhança do “homem universal”. Porém, destinava às mulheres apenas os deveres com as funções domésticas, reprodutivas e cuidadoras. Nesse cenário de avanços nas organizações sociais, políticas e econômicas, as novas estruturas governamentais ditavam os modelos urbanísticos das grandes cidades, seguindo o pensamento científico nas políticas de planejamento urbano, algumas das quais reproduzidas atualmente.

5. Idade Contemporânea: entre deveres e direitos

Com a evolução tecnológica e a industrialização advinda da modernidade e das práticas capitalistas, durante esse período têm sido desencadeados outros conceitos e materialidades relativos ao direito à privacidade e propriedade. Montaner e Muxí (2014[2011]) argumentam que a valorização do espaço público constitui, nesse âmbito, garantia de igualdade legal e de oportunidades, com transformação da complexa ordem social urbana. Como comentado, a Idade Contemporânea pode ser dividida em duas eras principais (Brito, 2019; Hardt & Hardt, 2015), adiante apresentadas.

5.1. Era da Máquina: entre o proletariado e o lar

Durante a Revolução Industrial, houve redistribuição da força operária em áreas periféricas e insalubres nas municipalidades (Mumford, 2008[1961]). Nesse contexto, “homens, mulheres e crianças eram submetidos a jornadas de trabalhos de mais de 12 horas sem nenhum direito trabalhista”, recaindo, ainda, a responsabilidade sobre os cuidados e atividades domésticas para as representantes do sexo feminino (Santos, 2019:97). Assim, enfrentavam expedientes duplos ou triplos de atividades.

A crescente “problemática urbana” do acúmulo de riqueza e expansão territorial despertou ideais revolucionários nos âmbitos políticos, sociais e urbanísticos, com o intuito de questionar o direito à moradia e à cidade (Lefèbvre, 2006[1968]) a fim de superar as crises vigentes. As mudanças nos valores de

produção dos espaços das cidades ocorreram na medida em que as responsabilidades das decisões de utilização do terreno urbanizado e privatizado passaram a ser do proprietário, cabendo ao poder público a garantia de fornecimento de redes de recursos e serviços (Benevolo, 2019[1982]), ou seja, é a partir deste momento que foram definidos os papéis dos planejadores urbanos e as decisões sobre o tecido urbano de forma excludente e segregada. Sendo necessária somente a competência técnica para desenhar e planejar a urbe, os especialistas contratados desempenharam funções apenas secundárias e subordinadas à combinação entre a burocracia, políticas do governo e propriedade privada (Santos, 2019).

O mero caráter funcionalista sem definição de critérios para distribuir as funções no território (Choay, 2010[1965]) foi questionado quando se verificou a necessidade de alinhamento das técnicas e práticas urbanísticas ao valor artístico e estético arquitetônico, em vista de um novo modelo de cidade (Benevolo, 2019[1982]). Tais ideias progressistas passaram a ser discutidas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, culminando na formulação da Carta de Atenas, em 1933, com a introdução de uma escala universal e padronizada da humanidade, bem como de suas necessidades, relacionadas ao “homem-tipo” (Choay, 2010[1965]).

A “nova ordem urbanística” definida pela segregação e controle sobre o desenho do tecido urbanizado alterou radicalmente as características morfológicas por meio da execução de grandes planos viários, setorização das funções da cidade e potencialização da hierarquia socioespacial (Santos, 2019), gerando um complexo e multifacetado traçado urbano (Fig. 5), sujeito à degradação ambiental promovida pelo crescimento industrial, dentre outros fatores.

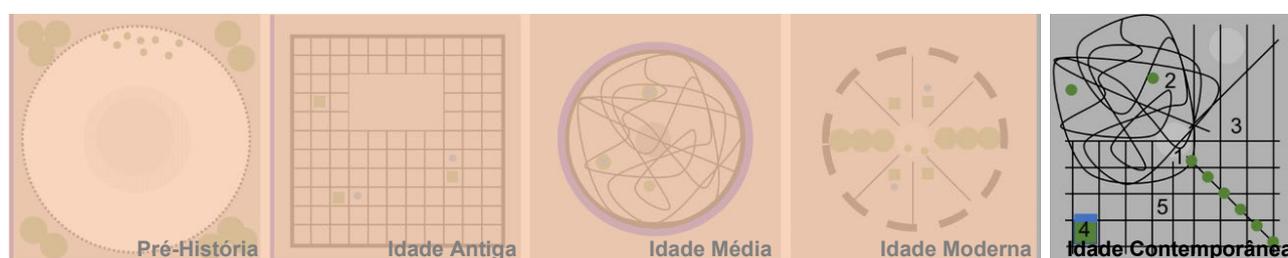


Fig. 5: Representação esquemática de principais características da cidade na Idade Contemporânea (1789-...). Fonte: Adaptada de Hardt e Hardt (2015).

Legenda de características urbanas no período conforme numeração indicada no esquema específico: 1 = desorganização da paisagem (traçados múltiplos) | 2 = destaque de espaços livres diversificados | 3 = degradação ambiental | 4 = tratamento diverso dos recursos naturais | 5 = necessidade de proteção interna (ao nível de condomínios e lotes)

Por consequência, foram gerados “espaços para cada gênero, sendo as ruas reservadas para os homens, enquanto vias e interiores controlados eram destinados às mulheres (Montaner & Muxí, 2014[2011]). Essa condição conduziu à exclusão da presença feminina no ambiente urbano.

Em suma, na organização das cidades, as mulheres seguiam vistas como destinadas ao lar e afastadas do convívio social, perpetuando-se os “espaços de constrangimento”³ físico, social e econômico, apesar de seus esforços na luta pelo reconhecimento fora do ambiente domiciliar (Montaner & Muxí, 2014[2011]). Andrade (2015) e Espegel (2007) comentam que, ainda que contribuíssem em escritórios de planejamento e arquitetura, os mecanismos de invisibilidade da atuação feminina dificultavam o reconhecimento do seu trabalho, ainda mais em um momento de grande complexidade urbanística.

5.2. Era da Informação: entre silêncios e vozes

Diante do cenário de mudanças sociais, contradições e redefinições, a situação somente iria começar a se transformar a partir das lutas das mulheres com os ideais do movimento sufragista, no contexto ocidental, iniciado no século XIX. Essas aspirações levaram ao desenvolvimento e evolução do movimento feminista de maneira coletiva e política, a fim de promover a igualdade entre gêneros (Fontes, 2016).

Tais mobilizações, em termos gerais, permitiram grandes transformações na historiografia, principalmente no seu auge ao final da década de 1960, e foram essenciais na alçada das mulheres da situação de objetos à condição de sujeitos da história (Lunz, 2018), devendo-se tributo ao fato que “na tentativa de recuperação de uma memória coletiva”, elas adentraram nas cenas de memórias da humanidade (Vaquinhas, 2002:149).

³ Hoff (2018) analisa as diversas formas pelas quais os “espaços de constrangimento” são conformados e limitam as experiências femininas em áreas urbanizadas, correspondendo àqueles em que as mulheres são submetidas a alguma forma de desvalorização, sujeitas à violência ou com restrições em seu deslocamento na cidade em determinados horários, por exemplo.

Em um esforço de análise dos espaços da participação feminina nas decisões sobre a cidade e do planejamento urbano, Fontes (2016) verifica que, durante o século XX, o ambiente profissional do urbanismo ainda era majoritariamente masculino, limitando a contribuição da mulher. Com o avançar do século, pela facilidade de acesso à educação, passaram a refletir sobre o ambiente urbanizado como historiadoras, críticas e teóricas.

Nesse cenário, cabe destaque à expressiva contribuição de Jacobs (2011[1961]:91-92) no campo do urbanismo, sobretudo com desaprovação à separação da cidade por funções, justificado na dominação masculina do ambiente de planejadores e projetistas que “criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal”. Essas características perpetuam o ideal do patriarcado restrito ao ambiente domiciliar.

Destacam-se, também, as ideias de Hayden (1980) sobre sistematização da perspectiva de gênero na questão urbana e de Wekerle (1984:11) de contestação da continuidade das cidades “projetadas por homens e para os homens”. Mesmo que a vida das mulheres tenha passado por modificações radicais, elas permanecem excluídas da organização espacial.

Apesar de não estar intencionalmente dividido entre os sexos, o discurso sobre o espaço urbano pode levar a essa situação, pois ainda há “tendências, sistemas de valores e ideologias inconfessadas” nas racionalizações urbanísticas (Choay, 2010[1965]:18). Entretanto, as cidades são elementos físicos que carregam na sua configuração componentes que refletem e moldam construções sociais de relações humanas, incorporando as organizações técnicas sob a ótica de entendimento sociológico aguçado, oportunizando apropriações individuais e coletivas das estruturas cidadinas (Gorsdorf, 2015).

O advento da Agenda 2030, com especificação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), inclui a base da sustentabilidade para cidades e comunidades. Também considera a igualdade de gênero e a redução de desigualdades como princípios fundamentais (UN, 2015).

Para a garantia do direito das mulheres à cidade, torna-se essencial a consideração do planejamento urbano como ferramenta de resolução para desafios dos papéis sociais desempenhados por representantes femininas a partir da responsabilidade ética do urbanismo, aliada à gestão democrática e participativa do território. Também é importante o incentivo ao diálogo e à circulação de ideias e políticas de diversos atores (Gorsdorf, 2015; Montaner & Muxí, 2014[2011], Peccini, 2019).

As transformações de pensamentos urbanísticos são responsáveis por permanências e alternâncias nos espaços produzidos. Nessa conjuntura, o direito à cidade também constitui uma possibilidade de arranjos de desejos concorrentes e de formas culturais na busca pela conquista de condições dignas da vida urbana (Buckingham, 2010; Harvey, 2014[2012]).

A participação igualitária em todos os níveis governamentais, seja como no campo do urbanismo ou pela criação de trabalhos formais entre feministas e organizações entre representantes femininas e governos locais, leva a um questionamento sobre os papéis de gênero. Nesse sentido, Buckingham (2010) argumenta sobre o desmantelamento das dinâmicas de poder relacionadas diretamente à construção social do espaço, que afeta negativamente a efetivação do direito das mulheres à cidade.

6. Considerações finais: entre oportunidades e expectativas

Com o alcance do **objetivo geral** de examinar a invisibilidade feminina no planejamento urbano ao longo do tempo, atesta-se a **hipótese orientadora** da pesquisa de privação da participação da mulher nesse processo. As respostas à **pergunta investigativa** sobre quais são os modos de superação dessa relativa omissão histórica, são relacionadas, em parte, à compreensão da evolução da formação das cidades e das dinâmicas sociais em diferentes contextos.

O surgimento de frutos das lutas por oportunidades de decisões e de processos participativos no planejamento urbano é essencial para ampliação da perspectiva sobre a própria história das cidades. A inclusão do estudo sobre a participação feminina reforça a indagação sobre o espaço construído em um discurso historicamente reforçado e instituído por homens, levando a debates em busca de mudanças significativas de vivência nas urbes, permitindo reinterpretações no campo do conhecimento científico.

As reivindicações de movimentos sociais de grupos subalternizados, observadas em dinâmicas feministas, provocam alterações e outras demandas em diversos âmbitos pela ascensão de novos questionamentos das conformidades sociais refletidos no desenvolvimento histórico. As críticas ao modo de produção urbana emergem no momento em que outros sujeitos e atores se apresentam nos espaços de decisões e políticas públicas.

As propostas sobre e para o meio citadino nas últimas décadas são ampliadas pelo debate do direito à cidade e são reforçadas na abordagem da perspectiva de gênero no desenho urbano. Assim, estabelecem novas alternativas para superação de desigualdades historicamente conformadas nas socialidades e territorialidades de áreas urbanizadas.

Nesse contexto de epistemologias inovadoras e confluências inéditas de áreas de estudo, teorias e disciplinas, entende-se a complexidade e dinamismo das urbes e a necessidade de reformulação de procedimentos de gestão urbana, visando tanto romper relações de poder perpetuadas ao longo do tempo como transformar favoravelmente a vida na urbe, sobretudo para pessoas do gênero feminino, mas também de quaisquer outros. Os avanços teóricos e a expansão dos processos participativos de planejamento urbano devem, portanto, ser entendidos como produtos de lutas sociais por movimentos civis e de seu devido reconhecimento, representando possibilidades na busca pelo direito das mulheres (cis, trans e de outras identidades) à cidade, como preceitos básicos do urbanismo feminista.

Referências

- Andrade, C. N. (2015). *A cidade e a (in)visibilidade feminina: relações de gênero na Montes Claros – MG*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160539>
- Ben, N. (2023). *Modern feminism*. Washington: Library of Congress. ISBN-978-1234567890
- Benevolo, L. (2019[1982]). *História da cidade*. (S. Mazza Trad.). São Paulo: Perspectiva [Roma: Laterza]. ISBN-978-8527311465
- Brito, R. M. (2019). Sobre uma ciência social das máquinas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo), 34(99), e349917 (1-18). <https://doi.org/10.1590/349917/2019>
- Buckingham, S. (2010) Análisis del derecho a la ciudad desde una perspectiva de género. In: A. Sugranyes, & C. Mathiet. (Orgs). *Ciudades para tod@s: Por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias*. (59-64). Ciudad de México: Hábitat International Coalition. ISBN-978-9562080903
- Campbell, P. R. (2006). Introduction: The origins of the French Revolution in focus. In: Campbell, P. R. (Ed.) *The origins of the French Revolution*. (1-34). London: Palgrave MacMillan. ISBN:9780333949719
- Choay, F. (2010[1965]). *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. (D. N. Rodrigues Trad.). São Paulo: Perspectiva [Paris: Seuil]. ISBN-978-8527301633
- Earenfight, T. (2015). Where do we go from here? Some thoughts on power and gender in the Middle Ages. *Medieval Feminist Forum [online]* (Kalamazoo), 51(2), 116-131. <http://ir.uiowa.edu/mff/vol51/iss2/>
- Espiegel, C. (2007). *Heroínas del espacio: Mujeres arquitectos en el Movimiento Moderno*. Buenos Aires: Nobuko. ISBN:978-9875841246
- Franco Júnior, H. (2001). *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense. ISBN:978-8511000559
- Freitas, L. S. F. & Gonçalves, E. (2021). Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. *Cadernos Pagu* (Campinas), 62(e216210), 1-17. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620010>
- Fontes, M. L. (2016). *Mulheres invisíveis: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Teoria, História e Crítica) – Universidade de Brasília, Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22280>
- Gibbon, E. (2021[2010]). *The history of the decline and fall of the Roman Empire*. (v.6). New Delhi: General. ISBN: 978-0307700766
- Gorczewski, C. & Martin, N. B. (2018) *Cidadania, democracia e participação política: os desafios do século XXI*. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul. ISBN:978-8575784792
- Gorsdorf, L. F. (2015). Gênero e cidade: interseções entre o feminismo, planejamento urbano e direito urbanístico. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico* (Belo Horizonte), 1(1), 157-171. <https://doi.org/10.55663/rbdu.v1i1.419>
- Hardt, L. P. A. & Hardt, C. (2015). Desenvolvimento, cultura e cidade: uma trilogia (re)visitada. In: J. C. C. Medina & M. D. S. Brasileiro. (Org.). *Desenvolvimento territorial, cultura e turismo: uma abordagem multidisciplinar*. (45-73). Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba. ISBN:978-8578792671

- Hazard, P. 2013[1935]. *The crisis of the European mind*. (J. L. May Trad.). New York: New York Review [Paris: Arthème Fayard]. ISBN:978-1590176191
- Harvey, D. (2014[2012]). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. (J. Camargo Trad.). São Paulo: Martins Fontes [London; New York: Verso]. ISBN:978-8580631616
- Hayden, D. (1980). What would a non-sexist city be like? Speculations on housing, urban design, and human work. *Signs [online]* (Chicago), 5(3), 170-187. <https://www.jstor.org/stable/3173814>
- Hoff, T. S. R. (2018). *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul / RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2104>
- Jacobs, J. (2011[1961]) *Morte e vida de grandes cidades*. (C. S. M. Rosa Trad.). São Paulo, Martins Fontes [New York: Vintage]. ISBN: 978-8578274214
- Lefèbvre, H. (2009[1968]). *O direito à cidade*. (R. E. Frias Trad.). São Paulo: Centauro [Sankt Augustin: Anthropos]. ISBN:978-8588208971
- Lunz, L. S. (2018). Mulher e a história: da invisibilidade a sujeito de análise. *História em Reflexão* (Dourados), 12(23), 49-67. <https://doi.org/10.30612/rehr.v12i23.7829>
- Martin, N. B. (2005). *Os novos desafios da cidadania*. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul. ISBN:978-8575780855
- McCullagh, C. B. (2000). Bias in historical description, interpretation, and explanation. *History and Theory [online]* (Middletown), 39(1), 39-66. <http://www.jstor.org/stable/2677997>
- Montaner, J. M., & Muxí, Z. (2014[2011]). *Arquitetura e política. ensaios para mundos alternativos*. (F. Bonaldo Trad.) São Paulo, Gustavo Gili [Barcelona: Gustavo Gili]. ISBN:978-8565985413
- Mumford, L. (2008[1961]). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. (N. R. Silva Trad.). São Paulo: Martins Fontes [San Diego: Harcourt, Brace and World]. ISBN-978-8533624092
- Nascimento, E. L. (2008). As civilizações africanas no mundo antigo. In: E. L. Nascimento. (Org.) *A matriz africana no mundo*. (73-108). São Paulo: Selo Negro. ISBN-978-8587478320
- Peccini, I. R. (2019). Pensamento feminista no planejamento urbano: pensar o território pela perspectiva de gênero – prática e epistemologia. *Revista Píxo* (Pelotas), 3(10), 57-73. <https://doi.org/10.15210/pixo.v3i10.16864>
- Rice, M. (2004[1997]). *Egypt's legacy: The archetypes of Western Civilization 3000-30 BC*. London: Routledge. ISBN:0415268761
- Santos, S. T. L. (2019). Tempos urbanos: revoluções, feminismos e o direito à cidade. *Revista Píxo* (Pelotas), 3(9), 93-103. <https://doi.org/10.15210/pixo.v3i9.17443>
- Sebalhos, C. F., Flores, A. R., & Coelho, D. C. S. M. (2019). Violência, gênero e urbanismo: aspectos da dominação masculina na organização das cidades. *Revista Píxo* (Pelotas), 3(9), 81-91. <https://doi.org/10.15210/pixo.v3i9.17455>
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial. *e-Cadernos CES* (Coimbra), 18(e1533), 106-128. <https://doi.org/10.4000/eces.1533>
- Shadis, M. (2009). Documenting authority: Marriage agreements and the making of a Queen. In: M. Shadis. *Berenguela of Castile (1180–1246) and political women in the high middle ages*. (51-72). New York: Palgrave MacMillan. ISBN:978-0312234737
- Silva, A. C. & Medeiros, M. M. (2013). Sexualidade e a história da mulher na Idade Média: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. *História em Reflexão [online]* (Dourados), 7(14), 1-16. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/2946>
- Valle, M. & Pancetti, A. (2009). A transformação do mundo pela escrita. *ComCiência [online]* (Campinas), 113(s.n.), s.p. <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n113/a02n113.pdf>
- Vaquinhas, I. (2002). Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional. O caso da História. *Ex Æquo [online]* (Lisboa), 6(s.n.), 147-174. <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/impacte-dos-estudos-sobre-as-mulheres-na-producao-cientifica-nacional>
- Wekerle, G. (1984). A woman's place in the city. *Antipode* (Hoboken), 16(3), 11-19. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1984.tb00069.x>

Fonte eletrônica

UN-DESA – United Nations – Department of Economic and Social Affairs. *The 17 goals*. 2015. <https://sdgs.un.org/goals>. (Consulta: 20 mai. 2023)

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida à primeira autora.